



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

LEI Nº. 2.047 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIFAINA, ESTADO DE SÃO PAULO, PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

HUGO CÉSAR LOURENÇO, PREFEITO MUNICIPAL DE RIFAINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - O Orçamento do Município de Rifaina, Estado de São Paulo, para o exercício de 2023, estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 46.900.000,00** (quarenta e seis milhões e novecentos mil reais), sendo:

I - Orçamento Fiscal em:	R\$ 34.644.500,00;
II - Orçamento da Seguridade Social em:	R\$ 12.255.500,00.

ARTIGO 2º - A Receita será arrecadada na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

Sumário Geral da Receita por Fontes (Lei nº: 4.320, artigo 2º, § 1º, I)

Receitas Correntes:

Receita Tributária	R\$ 8.665.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 407.000,00
Receita de Serviços	R\$ 95.000,00
Transferências Correntes	R\$ 43.594.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 195.000,00

Receitas de Capital:

Alienação de Bens	R\$ 100.000,00
Transferência de Capital	R\$ 600.000,00

(-) II – Dedução da Receita

FUNDEB	R\$ -6.756.000.00
--------	-------------------

Receita Total	R\$ 46.900.000.00
----------------------	--------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

ARTIGO 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

Sumário Geral da Despesa por funções (Lei 4.320, artigo 2º, § 1º, I)

I – Por funções do Governo

01	Legislativa	1.260.000,00
03	Essencial à Justiça	324.000,00
04	Administração	3.246.000,00
06	Segurança Pública	1.750.000,00
08	Assistência Social	2.739.500,00
10	Saúde	9.516.000,00
11	Trabalho	788.000,00
12	Educação	9.270.500,00
13	Cultura	350.000,00
15	Urbanismo	7.136.000,00
16	Habitação	1.300.000,00
17	Saneamento	500.000,00
18	Gestão Ambiental	340.000,00
20	Agricultura	791.000,00
23	Comércio e Serviços	3.195.000,00
26	Transporte	531.000,00
27	Desporto e Lazer	2.843.000,00
28	Encargos Especiais	150.000,00
99	Reserva de Contingência	870.000,00

Total 46.900.000,00

II – Por Órgão da Administração

01 CAMARA MUNICIPAL	1.260.000,00
01.01.00 LEGISLATIVOS	1.260.000,00
02 PREFEITURA MUNICIPAL	45.640.000,00
02 01 GABINETE DO PREFEITO	800.000,00
02 02 SECRETARIA MUNIC.DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	324.000,00
02 03 SECRETARIA MUNIC.DE GOVERNO	1.804.000,00
02 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO	1.165.000,00
02 05 SECRETARIA MUNIC. DE ATIVIDADE ISNTITUCIONAL	255.000,00
02 06 SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJAMENTO	158.000,00
02 07 SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS	1.875.000,00
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	9.270.500,00
02 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	2.843.000,00
02 10 SECRETARIA MUNIC. DE CULTURA	350.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

02 11 SECRETARIA MUNIC. DE TURISMO	3.195.000,00
02 12 SECRETARIA MUNIC. DE TRABALHO E EMPREGO	297.000,00

02 14 SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	340.000,00
02 15 SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA	791.000,00
02 16 SECRETARIA MUNIC. DE SAÚDE	9.516.000,00
02 17 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.739.500,00
02 18 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS	7.236.000,00
02 19 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTES	531.000,00
02 20 SECRETARIA MUNIC. DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.750.000,00
02 21 SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA URBANA	400.000,00

TOTAL----->>> 46.900.000,00

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir durante o exercício créditos suplementares por decreto até o limite de 25% (vinte por cento) da despesa total fixada no orçamento, utilizando como fonte de cobertura, o superávit financeiro do exercício de 2022, os recursos provenientes do excesso de arrecadação e o produto de operações de crédito (art. 43, § 1º, I, II e IV, da Lei nº 4.320, de 1964), bem como realizar transposições, remanejamentos e transferências de dotações até esse limite, situação que não implicará em qualquer dedução do percentual autorizado nesse inciso (ADI 3.652, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 19-12-2006, Plenário, DJ de 16-3-2007).

II – Abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, situação que não implicará em qualquer dedução do percentual autorizado no inciso I;

III- Abrir créditos suplementares por decreto até o limite de 25% (vinte por cento) da despesa inicialmente fixada no artigo 1º, utilizando, como fonte de cobertura, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

§ 1º Ficam igualmente autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado no inciso "III" deste artigo, os casos de abertura de Créditos Adicionais Suplementares destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas a conta de recursos vinculados, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 2º A suplementação através da edição de Decreto Executivo a que alude o inciso III deste artigo, por encontrar autorização expressa na própria Lei Orçamentária, será utilizada para reforçar dotações insuficientemente consignadas no orçamento, ficando nos casos de utilização do aludido percentual, automaticamente alterados os valores dos anexos a que aludem os programas constantes do PPA e da LDO vigentes no respectivo exercício financeiro, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 3º Quando se referir ao orçamento do Poder Legislativo, a suplementação a que alude o inciso III deste artigo, será direcionada formalmente por meio de ofício da Presidência da Câmara Municipal ao Executivo, o qual deverá indicar como recursos a



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias, uma vez que a competência para edição dos respectivos decretos de suplementação, bem como de toda e

qualquer matéria de natureza orçamentária, a teor do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letra "b" da Constituição Federal é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

ARTIGO 5º - As fontes de recursos aprovadas nesta Lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelos Poderes Legislativo e Executivo, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

ARTIGO 6º - Prevalecerão os valores correntes consignados nos anexos a esta Lei, no caso de divergência, de quaisquer espécies, entre estes e os valores dos programas e das ações constantes da Lei de Diretriz Orçamentarias para o exercício de 2023 assim como o Plano Plurianual para o período 2022 a 2025.

ARTIGO 7º - Os órgãos e entidades mencionados no art.5º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surgindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Rifaina SP, 12 de dezembro de 2022.


HUGO CESAR LOURENÇO
Prefeito Municipal